



Senhor Presidente da Câmara Municipal de Franca.

O presente Projeto de Lei visa promover inclusão, acolhimento e acessibilidade às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), garantindo condições adequadas para o lazer e o convívio social em praças e parques públicos do Município de Franca.

Pessoas com TEA apresentam sensibilidade a estímulos visuais, sonoros e táteis, e frequentemente enfrentam dificuldades em ambientes públicos convencionais, o que impede a fruição plena do direito constitucional ao lazer e ao espaço urbano.

A criação do Programa “Praça do Autista” permitirá a implantação de áreas abertas, seguras e sensoriais, adequadas para uso predominantemente diurno – realidade das praças francanas –, contribuindo para o desenvolvimento motor, cognitivo e social de crianças, adolescentes e adultos com TEA.

Além disso, o Programa fortalece as políticas públicas de inclusão, promove convivência comunitária, apoia famílias e reafirma o compromisso desta Casa Legislativa com a construção de uma cidade mais humana, acessível e acolhedora.



PROJETO DE LEI Nº /2025

Institui, no âmbito do Município de Franca, o Programa 'Praça do Autista', destinado à criação de espaços públicos inclusivos e sensoriais para pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Franca, Estado de São Paulo, nos termos da Lei Orgânica do Município.

A P R O V A:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Franca, o Programa "Praça do Autista", destinado à criação, adaptação e qualificação de espaços públicos abertos – praças, parques e áreas de convivência – para atendimento às necessidades sensoriais e de segurança de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Art. 2º O Programa "Praça do Autista" compreenderá a instalação de estruturas, equipamentos e ambientações adequadas para uso predominantemente diurno, respeitando-se as características de espaço aberto e não fechado, devendo contemplar, preferencialmente:



I – Equipamentos Inclusivos de Lazer:

- a) balanços tipo ninho;
- b) brinquedos de rotação lenta e com contenção;
- c) painéis sensoriais táteis e visuais;
- d) gangorras adaptadas;
- e) elementos de estímulo proprioceptivo.

II – Adequação Sensorial do Ambiente:

- a) utilização de cores suaves em áreas específicas;
- b) pisos emborrachados ou absorventes de impacto que também reduzam o ruído;
- c) áreas de acalmia em espaços sombreados, com estímulos reduzidos, especialmente planejadas para ambientes abertos;
- d) arborização adequada que proporcione sombreamento natural, respeitando-se normas de urbanismo.

III – Acessibilidade e Comunicação Visual:

- a) placas com o símbolo mundial do autismo;
- b) sinalização objetiva e simplificada;
- c) mapas sensoriais indicando zonas de maior e menor estímulo.

IV – Segurança e Controle do Ambiente:

- a) cercamento total ou parcial, com portões de fácil monitoramento;
- b) iluminação diurna indireta planejada para não causar incômodos visuais;
- c) rotas de acessibilidade universal conforme normas técnicas vigentes.

Art. 3º As áreas adaptadas deverão receber a identificação oficial “Praça do Autista” ou “Espaço Inclusivo para o Autista – TEA”, conforme regulamentação do Executivo.



Art. 4º A implementação, regulamentação, manutenção e fiscalização do Programa caberão ao Poder Executivo Municipal, por meio das Secretarias competentes, podendo, para tanto:

- I - celebrar parcerias com entidades, associações e organizações ligadas ao TEA;
- II - firmar convênios com o Governo do Estado e a União para captação de recursos;
- III - promover campanhas educativas sobre inclusão social e conscientização sobre o TEA;
- IV - elaborar manual técnico de implantação das Praças do Autista no Município.

Art. 5º O Poder Executivo deverá priorizar a implantação das primeiras unidades do Programa em regiões de maior densidade populacional, vulnerabilidade social ou grande circulação de crianças e famílias.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Em 27 de novembro de 2025

MARCELO TIDY
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA
ESTADO DE SÃO PAULO
www.franca.sp.leg.br

